

A TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO LIVRE EM MINAS GERAIS: UM ESTUDO A PARTIR DOS INQUÉRITOS PROVINCIAIS DA DÉCADA DE 1850 E DO RECENSEAMENTO DE 1872*.

Daniel do Val Cosentino**

RESUMO:

O trabalho procura formular hipóteses para o que acreditamos caracterizar o “caso mineiro” da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Acreditamos que este processo apresenta especificidades em relação ao caso de outras Províncias e que teve início a partir do fim do tráfico negreiro em 1850 com utilização de uma mão de obra local, dada a grande presença de população na Província, e de forma múltipla e regionalizada, dado o grande contraste regional presente no território mineiro no século XIX. A partir do estudo dos inquéritos provinciais da década de 1850 e do Recenseamento de 1872 procuramos apresentar algumas evidências que favorecem as nossas hipóteses.

PALAVRAS CHAVE: Minas Gerais no século XIX, transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

1)INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura apresentar de forma inicial a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais. O tema não é assunto muito estudado pela historiografia econômica brasileira, sendo que existem, somente, estudos para o caso da Zona da Mata Mineira¹ e um estudo de Liana Reis (1991), que procura analisar a contribuição da fuga de escravos para a formação do mercado de trabalho em Minas Gerais no século XIX.

Existem diversos estudos que procuram tratar o tema a partir de outras regiões brasileiras². O estudo a partir de Minas Gerais é de suma relevância. A idéia levantada por Roberto Martins no início da década de 1980, apontando a Província Mineira como a maior Província Escravista e importadora de escravos do Império, parece indicar que um estudo sobre a substituição do trabalho de tamanho contingente de escravos é extremamente importante.

Além disso, não podemos esquecer que a compreensão de tal temática é fundamental para a explicação dos problemas agrários e fundiários brasileiros, bem como para explicação

* Esse texto corresponde a uma versão adaptada da minha Monografia de final de Curso apresentada à FACE/UFMG em março de 2004.

** Mestrando em Desenvolvimento Econômica, Área de História Econômica do IE/UNICAMP e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG.

¹ Lanna (1988), Saraiva (2001) e Saraiva (2002).

² Casos de São Paulo, Sergipe, Pernambuco (citados a frente) e outras regiões tais como Rio Grande do Sul e Paraná que não serão tratadas nesse trabalho.

da formação do mercado de trabalho, ou seja, para o entendimento do processo de formação e constituição do mercado interno.³

A ECONOMIA MINEIRA NO SÉCULO XIX: UM BREVE PAINEL⁴

Os trabalho de Roberto Martins no início dos anos de 1980 rompem com a tradição historiográfica que via o século XIX com um século de decadência para a antiga economia mineradora e apresentam a Minas oitocentista como a maior economia escravista e importadora de escravos do Brasil. Além disso, afirmam que a grande razão de ser desta dinâmica era a própria Província, o que aponta para o caráter interno, regional e vicinal das relações econômicas provinciais.

O que o autor não consegue explicar é como essa economia conseguia gerar recursos suficientes para adquirir tantos escravos já que para ele, ela não estava ligada a um setor exportador. O trabalho de Slenes (1988) procura fazer uma crítica a essa concepção de Martins, apresentado a economia mineira do século XIX ligada a um setor exportador que possibilitava a essa se reproduzir importando uma grande quantidade de cativos.

Clotilde Paiva (1996) procura mostrar Minas Gerais de forma múltipla. A partir da Regionalização proposta por Godoy (1996) estabelece níveis de desenvolvimento para as regiões com base, principalmente, em aspectos econômicos e demográficos. Isso leva a conclusão que Minas não era uma só. Cada região apresentava uma economia específica e própria. Logo, algumas regiões apresentavam introversão, enquanto outras apresentavam extroversão.

Já os trabalho de Douglas Libby apresentam a Economia Mineira oitocentista como uma economia de acomodação. Seu sustentáculo era a agricultura mercantil de subsistência, cuja produção ora se voltava para o auto-consumo, ora para o mercado interno, seja dentro ou fora de Província. Dessa maneira o autor apresenta Minas Gerais como sendo uma economia extremamente diversificada. Além disso, o autor apresenta contribuições importantes para o estudo da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Segundo ele, apesar da grande dependência do braço escravo, há, durante o século XIX, uma presença significativa do trabalho livre na Província, principalmente após meados do século. A presença do trabalho escravo aliado a tecnologia, do escravo de aluguel e da proletarização parcial do livre são aspectos importantes da formação do mercado de trabalho mineiro.

³ Para compreensão teórica do tema da transição para o trabalho livre ver o segundo capítulo de Cosentino (2004).

⁴ Para uma versão mais completa ver o primeiro capítulo de Cosentino (2004)

A análise dos modelos de interpretação da Economia Mineira do século XIX nos indica que durante o século, ao contrário do que já se afirmou, Minas Gerais não apresentou decadência. Pelo contrário, foi a maior Província escravista do império, baseando sua economia na diversificação, com setores voltados à subsistência e setores ligados a um setor exportador.

A nosso ver, os quatro autores discutidos acima apresentam contribuições importantes para a formação de um modelo explicativo da economia mineira oitocentista. Os estudos iniciais de Roberto Martins nos parecem corretos ao apontar para não estagnação da Província, para a ampla presença do escravismo e para o dinamismo produtivo interno. Da mesma forma, as explicações de Robert Slenes apontando o centro dinâmico da economia mineira no setor exportador também nos parecem razoáveis. As conclusões de Clotilde Paiva, apontando para a questão do contraste regional, também parecem fundamentais.

Parece claro que a Economia Mineira da primeira metade do século XIX foi marcada pelo dinamismo produtivo e pela diversidade regional. Nesse sentido, os argumentos de Clotilde Paiva são os que parecem apresentar um perfil mais realista da economia provincial nos 50 primeiros anos da Minas oitocentista.

Contudo, o que nos parece mais importante é não perder de vista que a explicação da economia mineira da segunda metade do século XIX deve ser diferenciada. Nesse sentido, nos parece fundamental as questões levantadas por Douglas Libby com relação à transição para o trabalho livre. Pensar a segunda metade do século XIX, deve ser pensar, sobretudo, na desagregação do sistema escravista e na incorporação do homem livre ao mercado de trabalho.

3) UM ESTUDO INICIAL DO CASO DE MINAS GERAIS

OS CASOS DE SÃO PAULO E ZONA DA MATA MINEIRA

Os estudos clássicos de Emília Viotti da Costa (Costa, 1999 & Costa, 1998) são fundamentais para análise da transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil no século XIX. Tais trabalhos concentraram-se no estudo da economia cafeeira paulista. O fim da escravidão, suas questões políticas, os impasses gerados, enfim, a crise do sistema escravista são tratados pela autora a partir da realidade paulista. Segundo ela a grande lavoura sempre dependeu da escravidão. A emergência da Revolução Industrial Inglesa e o surgimento de um novo grupo de influência política, ligado ao capitalismo industrial e

desvinculado da grande lavoura, marcaram o início da crise do sistema escravista. A escravidão passa a ser questionada pela nova burguesia industrial emergente.

Nos países da América Latina, a transição para o trabalho livre se fez de maneira lenta. No caso do Brasil, a independência fortaleceu a Grande Lavoura e o tráfico de escravos.

Dentro desse contexto, ou seja, da escravidão como uma instituição forte dentro da sociedade brasileira, a decadência do sistema escravista e as alternativas para a substituição do escravo como mão-de-obra serão alvos de intensas disputas políticas.

Diante de um cenário internacional, comandado pela Inglaterra, contrário à escravidão, a extinção do tráfico de escravos foi o golpe que desencadeou a crise que iria culminar com o fim da escravidão no Brasil. A emergência de uma nova classe de cafeicultores, que baseavam sua produção em uma mão-de-obra livre estrangeira, faz nascer um conflito político entre antigos e novos cafeicultores. Assim, face ao processo irremediável do fim da escravidão, a condução da transição, enfim, da substituição do trabalho escravo se dá de maneira lenta, conflituosa e complexa. O processo é marcado pelo conflito entre duas classes de produtores: os cafeicultores do Vale do Paraíba, ligados a escravidão e interessados em uma transição lenta e gradual, e os novos cafeicultores do Oeste Paulista, com acesso restrito a mão de obra escrava e que apoiavam medidas que incentivassem a imigração. O período a partir de 1850, quando foi abolido o tráfico de escravos, até 1888 será marcado por uma série de políticas que ao mesmo tempo garantiram um pouco de fôlego a escravidão, incentivaram a substituição da mão-de-obra escrava através de políticas imigrantistas, que começam a ter efetividade a partir de 1870.

Emilia Viotti afirma que o elemento decisivo do processo de transição foi a imigração de mão-obra-estrangeira, essencialmente européia. No entanto, o processo retratado pela autora se refere a economia do café em São Paulo. Não se pode afirmar que o processo da transição apoiado na imigração estrangeira foi o mesmo para todas as partes do Brasil.

Nos anos 80, num dos poucos trabalhos existentes sobre a transição do trabalho escravo para Minas Gerais, estudando o caso da Zona da Mata, Ana Lanna (1988) sugere que a região experimentou uma transição diferente, apoiada em uma mão-de-obra local.

Para a autora a região estava baseada em uma produção atrasada tecnicamente e o apego à escravidão, por parte dos proprietários, dificultava a aceitação da força de trabalho estrangeira. Além disso, a fronteira agrícola da Mata Mineira estava fechada, ou seja, poucas eram as expectativas de expansão da produção e acesso à terra. Tudo isso contribuiu para a pouca atração de imigrantes. Dessa forma, a transição na Zona da Mata teve que se processar

com base em mão-de-obra local, apoiada na organização do trabalho, principalmente, sob a forma da parceria.

A questão da imigração de estrangeiros para Minas é estudada também por Norma de Góes Monteiro (1973). Em seu trabalho, a autora mostra que houve a tentativa de se povoar o território mineiro a partir da formação de núcleos de colonização. No entanto, tais núcleos encontraram dificuldades de desenvolvimento devido à falta de um mercado interno de consumo de seus produtos, pela dominância, imposta, da economia de exportação estruturada em grandes propriedades. Isso dificultava o desenvolvimento da pequena propriedade, que somente cresceu em áreas onde a economia agrícola não era voltada para exportação.

Com a ameaça do fim da escravidão, o governo mineiro começou a se preocupar com a substituição do trabalho escravo através de políticas imigrantistas. No entanto, as medidas foram tímidas. A autora afirma, assim como Ana Lanna, que São Paula atraiu muito mais mão-de-obra do que Minas. Ademais, o regime de propriedade de terras e o sistema de trabalho em Minas Gerais (enraizado nas tradições da escravidão e apoiado num baixo desenvolvimento técnico) dificultavam a atração e a permanência dos imigrantes na Província.

Em trabalho mais recente, Luiz Fernando Saraiva (2002) apresenta algumas críticas ao trabalho de Ana Lanna. O autor reconhece o mérito do trabalho de Lanna em mostrar que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais na Zona da Mata se deu através da utilização de mão de obra local. Suas críticas giram em torno das fontes utilizadas pela autora e no fato dela considerar a fronteira agrícola da região como fronteira fechada e, principalmente, no fato de se considerar a economia matense como um apêndice da economia fluminense. Segundo ele, a questão central da discussão está no regime de propriedade de terras e nas atividades nelas desenvolvidas. A grande concentração de terras na região explicaria o fato dos grandes fazendeiros locais conseguirem manter os trabalhadores nas Fazendas.

OUTROS CASOS: PERNAMBUCO E SERGIPE

O caso de Pernambuco é alvo de estudos de Peter Eisenberg (1989). O autor procura mostrar que a partir de 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, que decretou fim do tráfico de escravos no Brasil, os preços dos escravos sofreram uma grande elevação. Dado o maior dinamismo da economia cafeeira, os preços dos escravos ali tiveram uma maior valorização em relação aos preços dos escravos nos engenhos de cana do Nordeste. Por isso, houve uma

grande corrente imigratória de escravos nordestinos para as zonas cafeeiras. Isso fez com que o plantel de escravos do nordeste açucareiro diminuísse consideravelmente ao longo dos anos de 1850 a 1880.

Eisenberg mostra também que o nordeste atraiu pouca imigração estrangeira. Assim como mostra Norma Góes de Monteiro para Minas Gerais, o autor afirma que o nordeste exercia menos atração em relação as fazendas de café do Oeste Paulista. O autor propõe que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre tenha ocorrido em Pernambuco a partir da utilização de mão de obra composta por livres disponíveis e ex-escravos. O açúcar ainda era a principal atividade da Província e os donos de engenhos monopolizavam a propriedade das terras na região, o que acabou por não dar alternativa aos homens livres e libertos.

As formas predominantes de trabalho na transição pernambucana eram o assalariamento e a “morada”, um regime no qual os proprietários disponibilizavam um pequeno pedaço de terra e uma pequena casa em troca de um aluguel, em se exigia lealdade e submissão por parte dos trabalhadores, “moradores”.

Já para o caso de Sergipe, o estudo de Subrinho (2000), aponta para a conclusão de que, até a abolição, a escravidão foi a forma de trabalho predominante nas fazendas de açúcar sergipanas.

Para o autor, os proprietários de engenhos sergipanos tão estavam ligados à economia escravista que apoiaram o processo de abolição gradual da escravidão. Assim, apesar do crescente uso de mão de obra livre na segunda metade do século XIX, o autor acredita que isso foi resultado da inevitável diminuição do número de escravos e do apoio dos proprietários a abolição lenta e gradual, que estabeleceu, ao longo do tempo, medidas de coerção e imposição do trabalho ao livre.

Subrinho procura argumentar que, ao contrário da historiografia tradicional, que vê estagnação da economia açucareira nordestina, pelo menos a economia sergipana não mostrou sinais de estagnação na segunda metade do século XIX. Ligada fortemente a escravidão, a Província não apresentou índices de dinamismo como os da economia cafeeira mas apresentou números de comércio externo, que contrariam a tese da estagnação. Além disso, afirma que, a população não se concentrou apenas no litoral (Zona da Mata). Tendo havido grande mobilidade da população dentro do território, o que dificultou o reordenamento do trabalho.

Enfim, o autor procura mostrar que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Sergipe foi marcada pela ligação da elite açucareira ao trabalho escravo. Desse modo, o apoio ao processo lento e gradual de extinção da escravatura levou a incorporação do

trabalho livre através de leis que obrigavam ao trabalho. Além disso, a incorporação do trabalho livre surgiu da percepção do fim inevitável da escravidão e da pouca imigração estrangeira para a região.

HIPÓTESES PARA O CASO MINEIRO

As questões acima levantadas, sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em São Paulo e na Zona da Mata mineira, bem como a análise dos modelos explicativos da economia mineira oitocentista, oferecem elementos importantes para o estudo caso de Minas Gerais.

Primeiramente, é preciso considerar que o caso mineiro apresenta especificidades em relação ao que marcou a experiência de São Paulo. A historiografia mostrou que grande parte da mão de obra imigrante europeia dirigiu-se para as fazendas de café de São Paulo, enquanto Minas Gerais não receberá muitos imigrantes. Sabemos que a Província Mineira foi a mais escravista do século XIX e maior importadora de escravos durante a primeira metade dos oitocentos. Essa ampla presença de mão de obra escrava pode explicar por que a transição em Minas se deu com a utilização de uma mão de obra local, disponível na Província e composta basicamente por ex-escravos e livres.

Norma de Góes Monteiro (1973) mostrou que Minas Gerais foi alvo de pouquíssima imigração de mão de obra estrangeira. Isso porque a cafeicultura do oeste paulista exercia uma maior atração da mão de obra. Além disso, o regime de propriedade de terras e o apego de Minas à escravidão acabaram por exercer um efeito negativo sobre a mão de obra livre e imigrante.

Alias, a utilização de mão de obra local parece não ser apenas exceção mas regra para a maior parte do Brasil que não recebeu tantos imigrantes estrangeiros quanto São Paulo.

É também relevante considerar que Minas Gerais, no século XIX, era um território que apresentava diversos contrastes econômicos (Paiva, 1996). Ou seja, existiam regiões com características econômicas e graus de desenvolvimento diferenciados. Por isso é importante pensar o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre de forma regionalizada, supondo transições múltiplas. Nesse sentido, cada região, por ter uma economia com características específicas, teria um ritmo próprio de transição.

Outra questão importante é que devemos recuar o início do processo de transição para o início da década de 1850, uma vez que é a partir daí que com a extinção do tráfico de escravos africanos, faltará mão de obra na Província, como mostraremos a seguir.

Tabela 1: Quadro resumo sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre

Região	Estudos	Hipóteses
São Paulo	Costa, 1998 & Costa, 1999	Utilização de mão-de-obra estrangeira (imigrantes) nas fazendas de café do oeste paulista.
Zona da Mata Mineira	Lanna, 1988 & Saraiva, 2002	Transição baseada no uso de uma mão-de-obra local. Presença de imigrantes era baixa pois São Paula atraía mais. Predominância de regime de trabalho de Parceria .
Pernambuco	Eisenberg, 1987	Imigração de escravos para a região cafeeira decorrente da alta dos preços provocada pela extinção do tráfico de escravos. Baixa atração de imigrantes estrangeiros. Utilização de mão de obra composta por livres e ex-escravos. Formas de trabalho: assalariamento e morada .
Sergipe	Subrinho, 2000	Proprietários dos engenhos ligados à escravidão. Adesão ao projeto de abolição lenta e gradual. Transição marcada pela dependência da escravatura até a abolição e imposição do trabalho livre através de leis que obrigassem o trabalho. Dificuldade de reordenamento do trabalho refletida na mobilidade da população. Forte presença de tráfico intraprovincial.
Minas Gerais		A ampla presença de mão de obra escrava e pouca imigração podem explicar por que a transição em Minas se deu com a utilização de uma mão de obra local, disponível na Província e composta basicamente por ex-escravos e livres. A presença de uma grande diversidade econômica regional no território mineiro leva a suposição de uma transição pensada de forma regionalizada, supondo transições múltiplas.

Fonte: Costa, 1998; Costa, 1999; Eisenberg, 1987; Lanna, 1998; Saraiva, 2002; Subrinho, 2000.

ALGUMAS EVIDÊNCIAS

Sabemos, conforme exposto no capítulo 1, que durante a primeira metade do século XIX Minas Gerais importou uma grande quantidade de escravos africanos. A partir de 1850 o tráfico de escravos é definitivamente extinto pelo governo imperial. A abolição do tráfico foi o fim de uma intensa disputa travada com a Inglaterra que visava o fim do comércio de escravos com interesse de pressionar para o fim do sistema escravista.

Juntamente com Cuba, o Brasil foi o último país a extinguir o tráfico de escravos africanos. Desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil, a Inglaterra vinha pressionando contra o comércio de escravos. O interesse inglês se camuflava na justificativa

ética contra a escravidão. No entanto, as idéias que vinham desde Locke a Adam Smith, a defesa do livre comércio, do *laissez-faire* e a crença no trabalho como alicerce da sociedade moderna (que crê que o trabalho tanto enriquece ao homem como à nação), justificariam melhor os interesses da potência inglesa. (Klein, 2002)

Em 1831 o Brasil promulgou uma lei que proibia a chegada de navios trazendo escravos aos portos brasileiros. A lei, que deu origem à expressão “pra inglês ver”, não foi de fato cumprida. Somente em 1850, após uma série de medidas inglesas de combate ao comércio marítimo de escravos, o tráfico foi extinto de vez.

A lei de 4 de Setembro de 1850 teve conseqüências importantes sobre a economia brasileira. Extinto o tráfico, estava dado o primeiro passo para a extinção da escravidão. A conseqüência inicial da medida foi aumento geral dos preços dos escravos.

O problema da falta de mão de obra escrava foi notado por Francisco Iglesias (1958) em seu estudo sobre os Relatórios de Presidente de Província. O autor ressalta que Minas Gerais não atraía tanto mão de obra que pudesse substituir os escravos.

“A população vem a constituir, pois, problema para as autoridades: Minas já não atraía, como acontecera no século anterior. Para dispor de mais braços para o trabalho, só apelando para a colonização. O caso se coloca sob os aspectos quantitativo e qualitativo. Impossível contar com o elemento escravo, uma vez que ninguém mais tem dúvida sobre o próximo fim do cativo.” (Iglesias, 1958:122)

O impacto do fim do tráfico em Minas Gerais começa a ser sentido já nos primeiros anos da década de 50. Em cartas ao Presidente da Província de Minas Gerais, em resposta à inquéritos solicitados pela Presidência⁵, muitas das autoridades municipais reclamavam da falta de braços escravos para o trabalho. Contudo, apesar de muitas das respostas conterem a constatação da falta dos escravos, não se verifica decadência econômica generalizada na Província. Algumas cidades apesar de apontarem o problema da mão de obra, indicam prosperidade. Outras indicavam a falta de mão de obra como a principal causa do atraso e decadência juntamente com as dificuldades de comunicação entre as cidades. A prosperidade de alguns municípios se devia, basicamente, aos altos preços dos gêneros agrícolas o que acabou por garantir a não diminuição das receitas. Contudo é possível especular sobre a diminuição da produção de algumas regiões mais atingidas com a carência dos cativos.

“...não existindo mineração alguma de que se deva tratar o estado da indústria da agrícola e da fabril que são as mais importantes neste Município apesar de se terem diminuído os braços com a extinção do tráfico, força que mais empregao os fazendeiros em suas lavouras, e fábricas não é decadente de quais considerando os 68 os principais estabelecimentos a importância aproximada de seus produtos

⁵ Sobre os inquéritos provinciais ver Rodarte e outros, 2003. Os inquéritos provinciais eram importantes fontes pelas quais o Presidente da Província de Minas Gerais tomava conhecimentos dos diversos assuntos relacionados a Províncias tais como a demografia mineira, comércio, agricultura, indústria, etc.

nestes três últimos anos é calculada em 1:224:000:000 se o seu estado não é progressivo pela mesma diminuição de braços também não tem sofrido atraso por quanto de diminuíram-se os seus produtos cresceram os preços ...” (...) “Quanto ao 4º Conquanto tenha sofrido o comércio com a extinção do tráfico, seu estado contudo não é desanimador pela alta dos preços dos gêneros que exporta o Município...” (Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Códice 570)

A carta assinada pelo Juiz Municipal de Lavras indica o impacto do fim do tráfico sobre a escravidão. Além disso, mostra que a queda da produção é compensada pelo aumento de preços, o que garantia ao município certa estagnação. Outro exemplo interessante é o do Município de São João Del Rey. A carta remetida à Presidência da Província pela Câmara Municipal indica a crescente falta de escravos e o mal estado das vias de comunicação como causas do atraso da cidade.

“A falta sempre crescente de braços africanos diminuindo os produtos agrícolas, o estado péssimo das estradas dificultando o transporte, a subida desmarcada dos carretos excluindo de antigos mercados grande parte daqueles produtos, trouxeram, e vão acelerando a decadência da lavoura, agravada ainda pela emigração de fazendeiros e a venda de escravos para a província do RJ: estes fatos produzindo esta inaceitável conseqüência – escassez e alta triplicada de víveres – destruíram o equilíbrio, já tão precário, que existira, entre o rendimento e a despesa das classes menos favorecidas da fortuna, e tem de infelicitá-los ainda mais na razão direta da diminuição de produtos alimentares e do estado deplorável das estradas e caminhos.”

Ainda nesse documento constatamos a questão da venda de escravos para a Província do Rio de Janeiro. A questão da migração de escravos para outras regiões é um assunto interessante. Podemos argumentar, que a decadência do regime escravista e a proximidade de sua extinção, desencadeados pelo fim do tráfico de africanos para o país, levaram à uma intensa transferência dos escravos para as regiões cafeeiras. Os cafeicultores pagavam altos preços pelos cativos, o que acabou fazendo com que os escravistas de outras Províncias vendessem seus escravos. Contudo, talvez seja um pouco precipitado argumentar nesse sentido. Além disso, não existem evidências suficientes para tanto. Roberto Martins (2002) argumenta que, ainda durante a década de 1850, Minas Gerais foi uma das maiores importadoras de escravos do Império e que é errada a idéia que a Província se tornou fornecedora de escravos para São Paulo e Rio de Janeiro naquela década⁶.

Acredito que talvez seja possível especular sobre movimentos populacionais internos à Província mineira. Tudo leva a crer que houve um grande rearranjo locacional da mão de obra em Minas Gerais após o fim do tráfico. A princípio acreditamos que os escravos foram transferidos das regiões menos dinâmicas para as regiões mais dinâmicas. Só um estudo

⁶ O trabalho de Subrinho (2000) parece sugerir o contrário em relação à transferência de escravos do nordeste para as regiões cafeeiras.

minucioso da documentação referente à década de 1850⁷, em Minas Gerais, poderá responder às questões tais como a da transferência de escravos tanto internamente como para outras Províncias. Contudo, é possível especular que o fim do tráfico pode ter desencadeado o processo que, se não foi significativo durante a década de 50, pode ter ganhado força nas décadas seguintes.

O fato é que a partir de 1850 temos indícios de que a escravidão começa a diminuir em algumas regiões de Minas Gerais. A reclamação da carência de braços é uma forte evidência que os escravos estavam em falta e que os seus serviços precisavam ser substituídos. Em alguns Relatórios de Presidente de Província constatamos que a falta de braços não foi somente um problema momentâneo do fim do tráfico de escravos.

No Relatório de 1855, o presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, ao falar da necessidade de se implantar uma escola de Agricultura afirma, “A falta de braços é um incentivo de mais, na actualidade, para que a Administração tenha muito em vista dotar a Província com este importante Estabelecimento.”⁸ Já no Relatório de 1860⁹, na exposição de informações que parecem ter sido obtidas através dos inquéritos províncias, o relato da falta de braços em algumas cidades continua.

A questão não é diferente no Relatório de 1865. O presidente da Província Pedro de Alcantara Cerqueira Leite afirma a necessidade de melhora das vias de comunicação no sentido de diminuir os custos de produção de forma a compensar os impostos e a falta de braços.¹⁰

⁷ Nesse sentido o Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG tem se esforçado por estudar e conhecer os anos da década de 1850 em Minas Gerais. Resultados preliminares da pesquisa e a metodologia de trabalho podem ser vistas em Rodarte e outros (2003).

⁸ Relatório que a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na 2.a sessão ordinária da 10.a legislatura de 1855 o presidente da província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1855. disponível na internet em < <http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm>>, acesso em janeiro de 2004.

⁹ Relatório que ao Illm.º e Exm. Sr. Comendador Manoel Teixeira de Souza, 2º Vice-presidente da província de Minas Gerais apresentou no acto de passar-lhe a Administração em 22 de abril de 1860, o Conselheiro Carlos Carneiro de Campos. disponível na internet em < <http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm>>, acesso em janeiro de 2004.

¹⁰ “A agricultura, esta importante industria, que é a principal base do futuro engrandecimento desta Província, está inteiramente ligada e dependente dos fáceis meios de comunicações e transportes. A sciencia, como experiência assás attestão que o solo mais fértil, e mesmo um ensino mais apurado no seu cultivo, não são por si sós sufficientes meios para attingir-se a este fim. Não basta que a abundancia coroe os esforços, e fadigas do lavrador, é indispensável que um melhor systema de estradas lhe facilite sua permuta com vantagens capazes de occorrer as despesas da producção, ao gravame dos impostos, e tambem a deficiencia de braços.” (Relatório que a Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinária de 1865 o desembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, presidente da mesma província. Ouro Preto, Typ. do Minas Geraes, 1865. disponível na internet em < <http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm>>, acesso em janeiro de 2004.)

No Relatório de 1871¹¹, o presidente Antonio Luiz Affonso de Carvalho, exhibe informações sobre o estado produtivo da Província¹². O que se nota mais uma vez, é a sua preocupação com a carência do braço escravo. Aqui já se nota que a falta dos escravos é em parte compensada pela utilização da mão de obra livre. Tais informações sugerem algumas evidências, que nos permitem reafirmar, que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais ocorreu com a utilização de mão de obra disponível na própria Província.

A questão da disponibilidade de mão de obra na Província é, também, um assunto que não pode ser esquecido e que pode ser encontrada na documentação disponível. No mesmo Relatório de 1871, falando do município de Santa Bárbara, o exemplo é claro,

“A falta de vias de comunicação, a crise, por que passa todo paiz, devida, principalmente, a rapida diminuição de braços escravos; a ignorância em que se acha o povo das doçuras do bem estar e das vantagens do trabalho, põem óbices ao desenvolvimento da lavoura, que só espera sua vida, seu crescimento na aquisição de imigrados, idéia esta que não terá realidade, senão quando aos centros productores se facilitarem meios de exportação para os grandes mercados.”¹³

Como parece claro, havia na Província uma grande presença do elemento livre que poderia ser empregado na produção. Douglas Libby (1984) mostrou, ao estudar a Mina de Morro Velho, que o processo de proletarização do livre foi intensificado a partir da década de 1850 com o fim do tráfico negreiro. No entanto, a oferta dessa mão de obra era irregular, graças a sua grande ligação com a agricultura familiar. Ou seja, esses trabalhadores livres eram também pequenos produtores, o que os tornavam uma mão-de-obra extremamente irregular, que faltava em épocas de colheita, por exemplo.

Importante também era a questão da disponibilidade dos livres para o trabalho. Novamente recorrendo às respostas aos inquéritos provinciais, da década de 1850, notamos que em muitas respostas as autoridades locais reclamam da “vadiagem”, ou seja, do fato do homem livre não se dispor ao trabalho. O Juiz Municipal de Paracatu afirma,

“A escravatura sofre diminuição pelo alto preço que dão os escravos na Mata do Rio de Janeiro cujo preço convida aos donos a libera-los para ali e assim desfalca e priva a mineração e cultura, indústria dominantes do Paiz, de braços precisos nisto, que ainda os livres não se querem dedicar a esse gênero de trabalho ou por indolência ou pela preguiça.” (Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Códice 570)

¹¹ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia de Minas Geraes na sessão extraordinaria de 2 de março de 1871 pelo presidente, o illm. e exm. sr. doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1871.

¹² Mais uma vez aqui fica claro que as informações apresentadas pelo Presidente da Província decorrem das informações prestadas pelas câmaras municipais e autoridades locais em resposta à inquéritos solicitados pela presidência.

¹³ Idem nota 7

Outro exemplo vem do Município de Itabira. Falando do distrito do Carmo, o Juiz Municipal Manuel Ignácio de Carvalho de Mendonça afirma,

“A indústria por que mais se distingue e em que mais se empregam os habitantes deste Distrito é a agrícola, mas o estado desta nada tem de lisonjeiro, só pela falta de braços de que se recente todo o Município, mas também por serem seus habitantes mais preguiçosos do que laboriosos.” (Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Códice 570)

Ainda falando do Município de Itabira, na mesma correspondência acima citada, ao falar do distrito de Santa Ana dos Ferros, o Juiz Municipal pede leis que obrigassem os jornaleiros ao trabalho. Ou seja, pede que se regularizasse e que se obrigasse o livre a vender a sua força de trabalho. Ainda nessa correspondência notamos um exemplo de como a falta do escravo incitava a introdução dos livres no processo produtivo.

“O Distrito é todo agrícola, e como pouco ou nada tem de industrial, só tratam de rotear as terras, sendo não elevado o número de fazendeiros que possuem escravos, os mais trabalham com braços livres e com pouco, ou nenhum progresso, por que pagam a diária de 320 L. a cada jornaleiro (jornada) e vendem seus gêneros por modestos preços, atento o meio de condução para levá-los ao mercado, concorrendo para tudo isto a falta de pontes (...) e especialmente a falta de braços escravos, que a não dote um paradeiro a que saia, como tem saído para a província do RJ tantos escravos e que por uma lei positiva se obrigue os brasileiros jornaleiros a trabalharem regularmente, sem dúvida tornar-se-á dolorosa a sorte dos agricultores.” (Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Códice 570)

O exame desta documentação apresenta fortes evidências em direção da hipótese de que a transição para o trabalho livre em Minas começa a se processar já na década de 1850. E que mesmo que o sistema escravista continuasse, como elemento preponderante da economia mineira, o trabalho livre começa a se tornar mais importante, após a extinção do tráfico negreiro. Assim, confirma-se a idéia levantada no capítulo 2 sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre como um processo no qual há a convivência entre ambos.

Além disso, a documentação, até agora explorada, fornece fortes evidências que nos levam a acreditar que a hipótese de que a transição em Minas foi realizada com base em uma mão de obra local disponível, composta basicamente pelos homens livres e, posteriormente a abolição da escravatura, por ex-escravos.

Não há documentação pesquisada suficiente para afirmar, mas a idéia levantada por Libby (1984) parece correta e precisa ser mais explorada. A partir do fim do tráfico de escravos o trabalho livre se ampliou em Minas Gerais. Num primeiro momento esse trabalhador foi extremamente irregular, pois ainda estava ligada a uma agricultura familiar de subsistência. Somente quando essa se torna insuficiente para prover o seu sustento e quando sua a terra é expropriada, que o livre passará a vender a única mercadoria que lhe resta, a sua força de trabalho, para prover o seu sustento.

Esse processo precisa e deve ser estudado. Para isso é importante estudar a Lei de Terras de 1850, e seus impactos durante a segunda metade do século XIX. Além disso, é preciso um estudo minucioso que mostre quando, como e porque, a agricultura de subsistência entrou em crise, tornando-se incapaz de manter aqueles que a praticavam.

Por ora, e para encerrar nosso trabalho, é necessário recorrer a uma pequena análise da composição populacional em dois momentos importantes da história mineira. Vamos comparar dois momentos distintos do século XIX. O primeiro corresponde aos anos de 1831/32, quando o tráfico de escravos ainda era forte e intenso no Brasil. Já o segundo corresponde ao ano de 1872, 20 anos após o fim do comércio negreiro, num período no qual o sistema escravista já estava definitivamente em crise.

As tabelas 3 e 4 mostram a população mineira dividida em livres e escravos e por regiões, com base na regionalização de Godoy (1996). Uma análise mais completa poderia ser feita caso possuíssemos a estrutura populacional de década de 1850. Infelizmente esses dados ainda estão sendo colhidos e processados. Ainda assim, os dados dos dois momentos que possuímos nos permitem levantar algumas questões.

Tabela 3: População Livre e Escrava Listas Nominativas 1831/32

Nível Desenv.	Regiões	LIVRES	%	ESCRAVOS	%	TOTAL
Baixo	Minas Novas	10.356	79,8	2.623	20,2	12.979
Baixo	Paracatu	2.524	85,6	424	14,4	2.948
Baixo	Sertão	6.977	79,8	1.770	20,2	8.747
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	4.202	75,5	1.364	24,5	5.566
Baixo	Sertão do Rio Doce	245	91,4	23	8,6	268
Baixo	Triângulo	2.468	62,6	1.474	37,4	3.942
Médio	Araxá	10.581	72,0	4.123	28,0	14.704
Médio	Mata	10.100	60,5	6.601	39,5	16.701
Médio	Médio Baixo Rio das Velhas	13.492	70,4	5.674	29,6	19.166
Médio	Mineradora Central Leste	12.055	67,9	5.703	32,1	17.758
Médio	Sudoeste	15.498	75,1	5.132	24,9	20.630
Médio	Sul Central	32.577	69,0	14.602	31,0	47.179
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	2.066	71,9	809	28,1	2.875
Alto	Diamantina	14.407	60,0	9.602	40,0	24.009
Alto	Intermediária Pitangui-Tamanduá	34.615	63,2	20.193	36,8	54.808
Alto	Mineradora Central Oeste	77.261	65,8	40.109	34,2	117.370
Alto	Sudeste	23.561	61,7	14.609	38,3	38.170
Província		272.985	66,9	134.835	33,1	407.820

Fonte: Paiva & Godoy, 2001.

Tabela 4: População Livre e Escrava Recenseamento 1872

Nível Desenv.	Regiões	LIVRES	%	ESCRAVOS	%	TOTAL
Baixo	Minas Novas	159.233	90,3	17.109	9,7	176.342
Baixo	Paracatu	31.850	92,4	2.638	7,6	34.488
Baixo	Sertão	36.211	89,9	4.046	10,1	40.257
Baixo	Sertão Alto São Francisco	68.677	87,6	9.723	12,4	78.400
Baixo	Sertão do Rio Doce	27.981	93,1	2.077	6,9	30.058
Baixo	Triangulo	48.894	83,2	9.848	16,8	58.742
Médio	Araxá	77.456	83,0	15.815	17,0	93.271
Médio	Mata	199.507	71,0	81.484	29,0	280.991
Médio	Médio-Baixo Rio das Velhas	54.740	82,7	11.441	17,3	66.181
Médio	Mineradora Central Leste	137.341	85,3	23.708	14,7	161.049
Médio	Sudoeste	62.096	83,2	12.513	16,8	74.609
Médio	Sul Central	189.679	79,9	47.848	20,1	237.527
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	27.711	93,2	2.032	6,8	29.743
Alto	Diamantina	28.312	84,9	5.036	15,1	33.348
Alto	Intermediária de Pitangui-Tamanduá	121.843	80,8	28.962	19,2	150.805
Alto	Mineradora Central Oeste	299.114	82,4	63.935	17,6	363.049
Alto	Sudeste	103.346	76,1	32.499	23,9	135.845
Província		1.673.991	81,9	370.714	18,1	2.044.705

Fonte: Recenseamento do Império 1872. Tabela 7.

A primeira diz respeito a questão dos níveis de desenvolvimento. No primeiro período, conforme mostrou Paiva (1996) e Paiva & Godoy (2001) a população tende a ser maior e ter mais escravos conforme cresce o nível de desenvolvimento. Já para o ano de 1872 o nível de desenvolvimento de cada região não é o mesmo de 31/32. Assim, sugere Rodarte (1999). O exemplo das Regiões da Mata e Diamantina parecem os mais claros. Com base nos dados da primeira metade do século XIX a região da Zona da Mata aparece com nível de desenvolvimento médio e a região Diamantina com nível alto. Já em 1872, impulsionada pelo café, a região da Mata apresenta uma grande presença de escravos, em termos de porcentagem, muito semelhante ao primeiro período, o que poderia nos levar a classificá-la entre as regiões de nível de desenvolvimento alto. Já a Zona Diamantina, afetada pela decadência da mineração de diamantes, apresenta uma grande diminuição da população escrava em termos proporcionais, o que poderia nos levar a já não classificá-la entre as regiões com nível de desenvolvimento alto.

Outro ponto importante que pode ser avaliado com base nesses dados de população, é quanto à questão do tráfico intraprovincial de escravos. É claro que essa questão merece um estudo mais detalhado e, talvez, com os números populacionais da década de 1850 seja possível apresentar argumentos e evidências mais fortes. Contudo, a análise dos dois períodos

em questão permite levantar algumas questões. Em termos proporcionais as regiões de menor nível de desenvolvimento econômico tiveram seus plantéis de escravos bastante diminuídos enquanto nas regiões de maior nível de desenvolvimento, apesar da diminuição proporcional dos plantéis, a proporção continua alta. Isso nos leva a especular, que a crise de preços desencadeada pelo fim do tráfico negreiro pode ter levado a um deslocamento dos escravos na Província, sendo que as regiões menos dinâmicas passaram a importar cativos das mais dinâmicas.

Além disso, uma questão que parece clara no exame dos dados acima é que não há como pensar a transição do trabalho escravo para o livre em Minas Gerais sem pensá-la de forma regionalizada. A grande diferença entre as regiões torna-se evidente quando analisada a população. A questão levantada, alguns parágrafos atrás, sobre a crise do regime familiar de produção e do assalariamento de forma regular do livre precisa ser examinado regionalmente também. Tudo leva a crer que a velocidade e a maneira como tal processo ocorreu em cada região, apresenta especificidades. Ainda não há elementos suficientes que nos permitam levantar ou especular conclusões. O fato das regiões mais dinâmicas importarem escravos das menos dinâmicas não indica por si só que a transição em tais regiões ocorreu mais ou menos lentamente. Claro parece que, mesmo exportando escravos para outras regiões, esses ainda não eram suficientes para suprir o sistema produtivo local dada a diminuição proporcional dos plantéis.

Por ora, acreditamos que estudos como o dos impactos da Lei de Terras na Província ou de quando, como e por que a agricultura familiar de auto consumo em Minas Gerais entrou em decadência e, ainda, um estudo minucioso do Recenseamento de 1872, que avalie de forma mais completa a população, podem ajudar a compreender melhor a realidade da transição no território mineiro. Trabalhos que estão por vir e tendem a contribuir para o melhor entendimento da transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais, assim como para a compreensão da segunda metade do século XIX na Província.

BIBLIOGRAFIA

Bethell, Leslie. “A Abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869”, tradução de Vera Nunes Pedrosa. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Ed. Universidade São Paulo, 1976.

Cosentino, Daniel do Val. “Transição para o trabalho livre. Um estudo do Caso de Minas Gerais”, Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, março de 2004.

Costa, Emilia Viotti da. “Da Monarquia a República”, São Paulo: Unesp, 1998.

Costa, Emilia Viotti da. “Da Senzala à Colônia”, São Paulo: Unesp, 1999.

Cunha, Alexandre Mendes & Godoy, Marcelo Magalhães. "O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5 ; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6 : 2003, Caxambu (MG). Anais ABPHE, 2003. (Disponível em CD-ROM)

Eisenberg, Peter. “Homens esquecidos: escravos e trabalhadores no Brasil – séc. XVII e XIX”, Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

Godoy, Marcelo Magalhães. “Intrépidos viajantes e a construção do espaço : uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX”, Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR, 1996.

Iglésias, Francisco “Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)”, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1958.

Klein, Herbert S. “O Comércio Atlântico de Escravos – Quatro séculos de comércio escravagista”, Liboa: Editora Replicação, 2002.

Lanna, Ana Lúcia “A transformação do trabalho : a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920”, Campinas : Editora da UNICAMP, 1988.

Libby, Douglas “Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil : o caso de Morro Velho”, Belo Horizonte : Itatiaia, 1984.

Libby, Douglas. “Historiografia e a formação social escravista mineira” in Acervo, Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 7-20, jan.-jun. 1988.

Libby, Douglas “Transformação e trabalho em uma Economia escravista: Minas Gerais no século XIX”, São Paulo: Brasiliense, 1988.

Martins, Roberto B. “A economia escravista de Minas Gerais no século XIX”, Belo Horizonte: Cedeplar / UFMG, 1980.

Martins, Roberto B. “Growing in Silence: The Slave Economy of Nineth-Century Minas Gerais, Brazil”, Tese de Doutorado, Varderbilt University, 1980.

Martins, Roberto B. “Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez” in Szmrecsányi, Tamás & Lapa, José Roberto do Amaral(orgs.). “História Econômica da Independência e do Império”, São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

Monteiro, Norma de Góes. “Imigração e Colonização em Minas: 1889-1930”, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

Paiva, Clotilde Andrade. “População e Economia nas Minas Gerais do século XIX”, São Paulo: USP / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996.

Paiva, Clotilde Andrade & Godoy, Marcelo Magalhães. “Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do século XIX” in “História e educação, homenagem à Maria Yedda Leite Linhares”, Rio de Janeiro: Mauad e Faperj, 2001.

Reis, Liana. “Fugas de Escravos e Formação do Mercado de Trabalho Livre na Província (1850/1888)”, Revista Brasileira de Estudos Políticos, UFMG, Jul/1991.

Rodarte, Mario Marcos Sampaio. “A Pertinácia das Minas que não se esgotaram”, Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1999. Dissertação de Mestrado.

Rodarte, Mário Marcos; Cosentino, Daniel; Moreira, Rafael; Cunha, Alexandre & Godoy, Marcelo. “O Banco de dados dos inquéritos provinciais da segunda metade do século XIX”, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. 33p. (Texto para discussão; 206).

Saraiva, Luiz Fernando. “Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora 1870 – 1900”, X Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 2002.

Saraiva, Luiz Fernando. “Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870-1900.” Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2001.

Slenes, Robert W.. "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX" in: *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18, nº 3, 449-495, 1988.

Subrinho, Josué Modesto dos Passos. “Reordenamento do trabalho. Trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro - Sergipe 1850/1930”, Aracaju: Funcaju, 2000.